



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

PARECER: 607/2024–G3P/ML

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DE DÉBITO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00004372/2024-12-e

EMENTA: 1. DÉBITO ORIUNDO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. IRREGULARIDADE NO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DO MILITAR PARA A INATIVIDADE. DESCONTO IMPLEMENTADO DE FORMA PARCELADA NOS CONTRACHEQUES. PAGAMENTO DO SALDO DA DÍVIDA, COM BENEFÍCIO CONCEDIDO PELA ADESÃO AO REFIS–DF 2020. **NESTA FASE:** ANÁLISE DO PAGAMENTO PARCELADO. CONSTATAÇÃO DE VALOR RESIDUAL EM FAVOR DO IMPUTADO.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A QUITAÇÃO, A DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Trata-se de processo de monitoramento da quitação do débito oriundo do julgamento de Tomada de Contas Especial, que apurou irregularidades no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade do Sr. João Mendes Neto, integrante do CBMDF, conforme apurado no Processo nº 2.900/2014.

2. Como se depreende da Decisão nº 685/2015¹ e do Acórdão nº 39/2015², as contas do responsável foram julgadas **irregulares**, condenando-o ao recolhimento do valor de **R\$ 97.440,49**, acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

3. Irresignado com o **Decisum**, o responsável opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados conforme a Decisão nº 2.955/2015. Em seguida, interpôs Recurso de Reconsideração, o qual teve efeito suspensivo por meio da Decisão nº 3.937/2015, porém logo teve seu provimento negado por meio da Decisão nº 206/2016. Em suma, mesmo após apresentar outros Embargos de Declaração, rejeitados a partir da Decisão nº 1.260/2016, foram mantidos na íntegra os termos da Decisão nº 685/2015 e do Acórdão nº 39/2015, anteriormente exarados.

4. Após a notificação do responsável, não houve a comprovação do recolhimento do valor devido. Como consequência, por intermédio do Ofício nº 157/2016-SECONT³, os autos foram remetidos com a documentação necessária para que o CBMDF providenciasse desconto em folha de pagamento, o que foi devidamente implementado em junho de 2016.

G3P7

¹ Peça 2.

² Peça 1.

³ eDoc 0BFF1E30.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

5. Posteriormente, o CBMDF informou a integralização do ressarcimento, após a adesão do responsável ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF/2020. Para comprovação da quitação do débito foi remetido a esta Corte o Processo nº 00053-00122877/2020-41-e, instruído com os registros e informações referentes à sua adesão ao REFIS.

6. Ato contínuo, os autos foram remetidos para análise e manifestação da Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas, para a conferência dos pagamentos realizados via desconto em folha e para atestar a regularidade daqueles realizados mediante as regras estabelecidas no Programa de Regularização Fiscal aderido, a fim de comprovar a regular quitação do débito.

7. A Unidade Técnica, na Informação 168/2024-CADEM/SECONT⁴, assim se manifestou:

“10. De acordo com os documentos apresentados pela Corporação, o desconto em folha foi implementado nos proventos do militar no mês de junho de 2016, a partir de um valor total de R\$ 121.822,33 (cento e vinte e um mil e oitocentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos), atualizado em 1 de junho de 2016 (e-DOC 7DBE344B, inserido no Processo nº 00053-00122877/2020-41-e).

11. Além disso, o CBMDF também informou que o saldo devedor no mês de dezembro de 2020 era de R\$ 73.097,55 (setenta e três mil e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), e, ao aplicar o Decreto nº 41.463, de 12 de novembro de 2020, foi gerado o valor de R\$ 13.386,80 (treze mil e trezentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), e-DOC 7DBE344B do Processo nº 00053-00122877/2020-41-e.

12. Tal valor foi quitado através do desconto de R\$ 1.309,95 (mil e trezentos e nove reais e noventa e cinco centavos) na folha de pagamento do mês de dezembro de 2020 e do valor de R\$ 12.076,85 (doze mil e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) no dia 29 de dezembro de 2020, conforme Guia de Recolhimento da União – GRU (eDOC 08E9141D, inserido no Processo nº 00053-00122877/2020-41-e).

13. Contudo, a situação em análise deve estar em concordância com a Lei Complementar nº 435/2001 e com a Emenda Regimental nº 13/2003 que era vigente a época.

14. Essa Emenda Regimental estabelecia ‘critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal’. De acordo com essa norma, o valor da dívida em questão deveria ser atualizado e acrescido de juros de mora, a partir da data de ocorrência do dano até o último dia do mês anterior ao que se iniciou o recolhimento parcelado, logo até 31 de maio de 2016.

15. Assim, o valor da dívida em 31 de maio de 2016 era de R\$ 121.461,90 (cento e vinte e um mil e quatrocentos e sessenta e um reais e noventa centavos), conforme cálculos obtidos por meio do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC, demonstrado abaixo:

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Incid. Juros	Data Atualização	Atualização Monetária	Multa	Juros Até 2019	Juros Pós-2019	Valor Corrigido
22/08/1996	R\$ 10.752,20		22/08/1996	31/05/2016	R\$ 25.289,91	R\$ 0,00	R\$ 85.419,80	R\$ 0,00	R\$ 121.461,90

⁴ Peça 9.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

16. No intuito de identificar o saldo da dívida quando da adesão ao REFIS-DF 2020 (dezembro de 2020), confronta-se esse valor total da dívida, com os descontos já realizados, consoante as fichas financeiras retiradas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Dessa forma, apurou-se um valor de R\$ 72.674,18 (setenta e dois mil e seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), conforme demonstrado a seguir:

Saldo mai/16	Valor atualiz	Saldo mai/16	jan/16.	fev/16.	mar/16.	abr/16.	mai/16.	jun/16.	jul/16.	ago/16.	set/16.	out/16.	nov/16.	dez/16.
121.461,90	-	121.461,90	-	-	-	-	-	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03

Saldo dez/16	Valor atualiz	Saldo jan/17	jan/17.	fev/17.	mar/17.	abr/17.	mai/17.	jun/17.	jul/17.	ago/17.	set/17.	out/17.	nov/17.	dez/17.
113.068,69	8.355,78	121.424,47	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03

Saldo dez/17	Valor atualiz	Saldo jan/18	jan/18.	fev/18.	mar/18.	abr/18.	mai/18.	jun/18.	jul/18.	ago/18.	set/18.	out/18.	nov/18.	dez/18.
107.036,11	2.076,50	109.112,61	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03

Saldo dez/18	Valor atualiz	Saldo jan/19	jan/19.	fev/19.	mar/19.	abr/19.	mai/19.	jun/19.	jul/19.	ago/19.	set/19.	out/19.	nov/19.	dez/19.
94.724,25	3.372,18	98.096,43	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03

Saldo dez/19	Valor atualiz	Saldo jan/20	jan/20.	fev/20.	mar/20.	abr/20.	mai/20.	jun/20.	jul/20.	ago/20.	set/20.	out/20.	nov/20.	dez/20.
83.708,07	2.820,96	86.529,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.199,03	1.309,95	1.309,95	1.309,95	1.309,95	1.309,95	1.309,95	-
														Saldo dez/20
														72.674,18

17. Esse valor diverge do calculado pela Corporação, o qual está demonstrado na planilha de e-DOC 7DBE344B. Pelo registro do CBMDF o saldo da dívida em dezembro de 2020 era de R\$ 121.822,33 (cento e vinte e um mil e oitocentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos), e diante desse valor foi aplicado o benefício da Lei de Incentivo.

18. Ressalta-se que o REFIS - DF 2020 possibilitou o pagamento de débitos com percentuais de redução do principal atualizado e também de juros e multas, inclusive as de caráter moratório, nas proporções definidas no art. 4º da Lei Complementar nº 976/2020. Dentre as opções legais, a condição aderida pelo Sr. João Mendes Neto foi de redução de 50% do valor principal atualizado (data do fato gerador até 31 de dezembro de 2002) e redução de 95% nos juros e multas, inclusive as de caráter moratório, para pagamento à vista.

19. O CBMDF apresentou memória de cálculo com a inclusão do benefício do REFIS – DF 2020, identificando um saldo devedor de R\$ 13.386,80 (treze mil e trezentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

20. Porém, como ainda houve um desconto na quantia de R\$ 1.309,95 (mil e trezentos e nove reais e noventa e cinco centavos), na folha de proventos do militar no mês de dezembro de 2020, o importe exigido ao responsável foi de R\$ 12.076,85 (doze mil e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), via Guia de Recolhimento da União – GRU (e-DOC 08E9141D, inserido no Processo nº 00053-00122877/2020-41-e).

21. Já pelo cômputo desta CADEM, o valor da dívida após a aplicação das regras do REFIS – DF 2020 era de R\$ 13.336,80 (treze mil e trezentos e trinta e seis reais e oitenta centavos). Após o supracitado desconto em folha no mês de dezembro de 2020, o total a ser recolhido era de R\$ 12.026,85 (doze mil e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos), consoante a seguinte memória de cálculo:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO DE ORIGEM	2.900/2014		
DATA DO FATO	22/08/1996		
DATA DE ATUALIZAÇÃO	31/05/2016		
VALOR ORIGINAL	R\$ 10.752,20		
VALOR DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 25.289,91	% DO VALOR C/ ATUALIZAÇÃO + JUROS + MULTA	
ORIGINAL + ATUALIZAÇÃO	R\$ 36.042,11	29,67%	
JUROS ATÉ 2019	R\$ 85.419,80	70,33%	
JUROS APÓS 2019	-		
MULTA	-		
VALOR ATUALIZADO + JUROS + MULTA	R\$ 121.461,91	DESCONTOS DECORRENTES DO REFIS - DF 2020	
INÍCIO DOS DESCONTOS EM FOLHA	jun/16.	PRINCIPAL ATUALIZADO - 50%	R\$ 10.781,21
SALDO QUANDO DA ADEÇÃO AO REFIS - DF 2020	R\$ 72.674,18	JUROS + MULTAS - 95%	R\$ 2.555,59
PRINCIPAL (29,67%)	R\$ 21.562,43	TOTAL	R\$ 13.336,80
JUROS (70,33%)	R\$ 51.111,75	(-) PARCELA PAGA	R\$ 1.309,95
		TOTAL A PAGAR REFIS - DF 2020	R\$ 12.026,85
		TOTAL QUE FOI PAGO	12.076,85
		DIFERENÇA	(-) 50,00

22. Dessa forma, registra-se um valor residual de R\$ 50,00 (cinquenta reais) em favor do Sr. João Mendes Neto, decorrente da divergência de cálculo aqui demonstrada.

23. Quanto a esse valor residual em favor do responsável, verifica-se que o Tribunal, a despeito de decisões anteriores⁵, assentou o entendimento no sentido de determinar a devolução ao responsável de quaisquer valores residuais identificados nos processos que trataram de irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade.

24. Assim, conforme observado no debate ocorrido na Sessão Ordinária nº 5384, de 26/06/2024, a Corte firmou a tese da inaplicabilidade do art. 5º da Lei Complementar nº 976/2020, quanto a eventual renúncia de questionamento dos cálculos efetuados na adesão ao Refis, indicando que o CBMDF realizasse os procedimentos para devolução de valores residuais, conforme Decisão nº 2286/2024 exarada no Processo nº 00600-00004108/2024-89-e.

25. Dessa forma, o entendimento desta Coordenadoria é de que o débito pode ser considerado liquidado, ocasião em que sugere a esta colenda Corte expedir o Acórdão de quitação ao responsável. Alvitra-se, ainda, que seja autorizado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal promover a devolução, em folha de pagamento, do valor aqui identificado em favor do interessado.”

8. Ao final sugeriu ao Plenário, **in verbis**:

“I. tomar conhecimento:

a) da presente Informação;

b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 00053-00122877/2020-41-e, que atestam o pagamento do débito imputado ao Sr. João Mendes Neto, parte em desconto em folha de pagamento e parte com a utilização dos benefícios do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS – DF 2020;

II. expedir quitação ao interessado em relação ao débito objeto da Decisão nº 685/2015 e do Acórdão nº 39/2015, editados em sede do Processo nº 2.900/2014, juntando cópia do Acórdão de Quitação ao referido processo originário;

III. autorizar:

⁵ Processos: 00600-00002635/2024-59, 00600-00002648/2024-28 e 00600-00003261/2024-99



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

a) o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a promover a devolução, na folha de proventos do Sr. João Mendes Neto, do valor de R\$ 50,00, quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado nesta Informação;
b) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia desta Informação, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado; c) a ciência do interessado e o arquivamento dos autos.”

9. Os termos da instrução foram assinados pelo Auditor da Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas e acolhidos pelo Secretário de Controle Externo da Secretaria de Contas⁶ e, por meio do Despacho Singular nº 212/2024–GCAC⁷, os autos foram encaminhados para a apreciação deste Ministério Público de Contas.

10. Após este breve relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

11. Inicialmente, registro que este **Parquet** de Contas possui entendimento **convergente** com o manifestado pela Unidade Técnica na Informação nº 168/2024-CADEM/SECONT.

12. Ratifico a adequada instrução processual no que diz respeito à adesão do responsável ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS/2020, aos cálculos apresentados e à documentação acostada, que autorizam a Corte a expedir Acórdão de quitação ao responsável.

13. Além disso, a Área Instrutiva, acertadamente, indicou a **necessidade de devolução do valor residual**, recolhido a maior. Do que dos autos consta, há uma diferença de **R\$ 50,00** em favor do imputado. Essa quantia **deverá ser devolvida ao interessado, sob pena de, não o fazendo, macular a credibilidade do Estado e a proteção à confiança do administrado.**

14. Ainda, como bem observado pelo Corpo Técnico, o art. 5º da LC nº 976/2020⁸ não se aplica ao caso concreto. Corroboro com tal entendimento, porquanto o dispositivo legal supracitado tem relação com os créditos de natureza tributária, que, como sabido, não abrangem as dívidas impostas pelo TCDF.

⁶ Peça 10.

⁷ Peça 12.

⁸ “Art. 5º A adesão ao Refis-DF 2020, em qualquer das modalidades de extinção do crédito tributário previstas nesta Lei Complementar, fica condicionada:

I – quando for o caso, ao recolhimento do valor constante de documento a ser emitido pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que deve informar o débito incentivado, o desconto concedido e a data-limite para o pagamento;

II – à desistência e à renúncia expressas, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao débito a ser quitado, inclusive debate sobre os critérios prévios de atualização de débitos distritais, cabendo ao devedor arcar com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios;

III – à aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e em regulamento específico;

IV – à apresentação, se for o caso, de procuração com poderes específicos do devedor.”.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

15. Nessas circunstâncias, entendo que deve ser mantido o entendimento do Tribunal no tocante à necessidade de devolução dos valores pagos a maior. A propósito, transcrevo Decisões em que a Corte deliberou pela devolução de valores em casos semelhantes de adesão ao REFIS-2020:

DECISÃO Nº 3.807/2022⁹

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 795/2022 – CBMDF/GABCG (e-DOC 4F9D450Cc), acompanhado dos anexos de Peças n.ºs eletrônicas 4/8, encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, comunicando e encaminhando documentações acerca da quitação do débito imputado ao Sr. Benedito Pereira, pela Decisão n.º 3.126/2015 e pelo Acórdão n.º 379/2015, que foi recolhido, parte, em desconto em folha de pagamento, e o valor remanescente por intermédio do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS – DF 2020; b) da Informação n.º 29/2022-ATE (e-DOC B80812ED-e); c) do Parecer n.º 772/2022-GIP/DA (e-DOC 2153777A-e); II – considerar o Sr. Benedito Pereira quite com os cofres públicos em relação ao débito que lhe foi imputado por meio da Decisão n.º 3.126/2015 e do Acórdão n.º 379/2015; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – autorizar: a) o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a promover a restituição, na folha de proventos do Sr. Benedito Pereira, do valor de R\$ 77,75 (setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado na informação a que alude o item I.b retro; b) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia da Informação n.º 29/2022-ATE, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado, bem como desta decisão; c) o encaminhamento desta decisão ao Sr. Benedito Pereira; d) a devolução do Processo n.º 0010-001430/2006-e ao CBMDF; e) o retorno dos autos à Secretaria-Geral de Controle Externo/TCDF, para fins de arquivamento.” (Grifos acrescidos).

DECISÃO Nº 4.279/2022¹⁰

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 30/2022 – ATE e do Parecer n.º 832/2022- G4P/ML; b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo n.º 0010- 001477/2006-e, que atestam o pagamento do débito imputado ao Sr. ILSON FERNANDES CAMILO, parte em desconto em folha de pagamento e parte com a utilização dos benefícios do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS – DF 2020; II – considerar o Sr. ILSON FERNANDES CAMILO quite com o erário, tendo em vista o recolhimento do débito que lhe foi imputado pelo Tribunal nos termos da Decisão n.º 5204/2014 e Acórdão n.º 538/2014, (Processo n.º 3168/2014); III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que promova a devolução, na folha de proventos do Sr. ILSON FERNANDES CAMILO, do valor de R\$ 86,44 (oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado na Informação n.º 30/2022 – ATE; V – dar ciência desta decisão ao interessado; VI – autorizar: a) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia da Informação n.º 30/2022 - ATE, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado; b) a devolução do Processo n.º 0010-

⁹ Proferida no Processo n.º 00600-00009232/2022-79-e.

¹⁰ Proferida no Processo n.º 00600-00009329/2022-81-e.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

001477/2006-e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; c) a devolução dos autos à SEGECEX para arquivamento.” (Grifos acrescidos).

16. Ante o exposto, este membro do **Parquet** especial **converge** com a Unidade Técnica, propondo ao Plenário que acate as sugestões contidas na Informação nº 168/2024-CADEM/SECONT.

É o Parecer.

Brasília, 15 de agosto de 2024

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição